



PODER

A governabilidade de Lula e seus desafios

Em meio à crise de popularidade, presidente da República segue com dificuldades para manter base governista coesa

» WAL LIMA
» VICTOR CORREIA
» ISRAEL MEDEIROS

Após quase duas semanas de impasse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o União Brasil chegaram a um consenso sobre a sucessão no comando do Ministério das Comunicações na quinta-feira. O embate, porém, coloca em dúvida a relação entre o governo e o partido daqui para a frente, já que a demora foi vista pelo Planalto como um desrespeito. No terceiro ano de governo e com a pior crise de popularidade em todos os seus mandatos, o chefe do Executivo tem enfrentado maus momentos quando o assunto é a relação do Planalto com as legendas que deveriam garantir a governabilidade.

Os rumores de que siglas do Centrão estariam se preparando para deixar o governo circulam desde janeiro, quando ainda se discutia seriamente a possibilidade de uma reforma ministerial no primeiro semestre deste ano. Em alguns casos, como o do PSD, os recados enviados via imprensa tinham um objetivo claro: conseguir mais ministérios na Esplanada. Caciques do partido disseram na última semana que tinham interesse em assumir o Ministério das Comunicações, caso o impasse com o União Brasil continuasse. “Lula ainda não nos procurou”, disse o presidente do PSD, Gilberto Kassab, ao **Correio**, ao ser questionado sobre o assunto.

Dentre os partidos do Centrão, no entanto, há quem considere prejudicial continuar a participar da gestão Lula diante dos atuais índices de popularidade e da proximidade com 2026. Depois de o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ter aberto o precedente de aumentar a participação do Congresso na execução do Orçamento em 2020 — quando iniciou-se a prática do orçamento secreto —, os partidos consideram a liberdade de indicação de

Ricardo Stuckert/R



Em cerimônia fechada e ao lado de Lula, Frederico de Siqueira Filho assinou o termo de posse do Ministério das Comunicações, na quinta-feira

recursos para redutos eleitorais (algo que, em vários casos, pode ser negociado diretamente no Legislativo) tão ou mais importante que os cargos na Esplanada.

Em um governo que vai mal em termos de popularidade, faz mais sentido, portanto, evitar ser associado ao Planalto e focar os esforços em aumentar a influência no Congresso. É o caso do próprio União Brasil, onde uma ala mais à direita tem intensificado a pressão para que a sigla se afaste de Lula, segundo uma fonte da legenda. Ela informou que setores do partido defendem uma candidatura própria ao Planalto em 2026 — o que possibilitaria negociar mais espaços em um eventual novo governo — e veem como insustentável a manutenção da aliança com a gestão do petista.

Até o momento, o nome do União para a corrida presidencial

do ano que vem é o do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Aliado de Jair Bolsonaro (PL), ele já lançou a pré-candidatura e é um dos presidenciais que tenta ganhar espaço para se cacifar como sucessor do ex-presidente e candidato da direita para o próximo ano.

Sem consenso

A reação do Planalto à recusa de Pedro Lucas não foi consenso entre os auxiliares de Lula. Ministros ouvidos sob reserva atribuíram a confusão ao racha vivido pelo União Brasil e disseram que caberia ao partido resolver o impasse. Não cogitaram, portanto, tirar a pasta da legenda. Parte do governo avaliou que, apesar do mal-estar causado pela recusa de Pedro Lucas, o presidente não está em condições de comprar uma briga com o União — que possui uma das maiores

bancadas em ambas as Casas — em um momento de baixa popularidade e necessidade de apoio para pautas prioritárias no Legislativo, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Mais ainda: desagravar ao partido abriria uma crise também com o presidente do Congresso e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O presidente do Senado vem se mostrando um aliado importante e fiel ao governo, como quando se recusou de pronto a dar andamento ao PL da Anistia, enquanto Hugo Motta (Republicanos-PB) deixou o tema ganhar força na Câmara.

Outra ala do governo, mais combativa, viu desrespeito na forma como o União Brasil lidou com a recusa. Afinal, Pedro Lucas chegou a ser anunciado oficialmente como ministro pela chefe da Secretaria de Relações

Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann. Prevaleceu, porém, o pragmatismo.

Um dos nomes mais influentes do União Brasil, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP), indicou Frederico de Siqueira Filho, que presidia a Telebras para assumir a pasta no lugar de Lucas. O presidente Lula aceitou. A posse ocorreu na quinta-feira, a portas fechadas, sem estardalhaço. O engenheiro não é filiado ao União Brasil, é considerado um quadro técnico e tem a confiança do senador.

Movimentações

Se com o União Brasil, havia dificuldades em chegar a acordos envolvendo apoiar ou não as pautas do governo no Congresso, com a iminência da federação do partido com o Partido Progressistas (PP), que também tem ministro

na Esplanada, o futuro fica ainda mais nebuloso. Depois de mais de três anos de confirmada a fusão entre DEM e PSL — um era uma sigla do Centrão clássico e outro cresceu impulsionado pelo extremismo do bolsonarismo —, políticos do União Brasil ainda avaliam que não houve uma “mistura” efetiva.

É possível constatar isso nos posicionamentos do partido quando o assunto é aprovar pautas do governo Lula. Mesmo com um ministro no governo Lula desde 2023, a sigla nunca entregou apoio maciço no Congresso. Há, ainda, quadros que apoiam abertamente as pautas da extrema-direita.

Quando a oposição coletou assinaturas para o requerimento da urgência da anistia na Câmara, por exemplo, 40 deputados do União Brasil assinaram o pedido, mesmo com o trabalho de articulação feito pelo Palácio do Planalto para fazer deputados de diversas siglas voltarem atrás.

A chegada do PP pode dificultar e até inviabilizar a permanência do União Brasil no governo, já que as siglas ficarão atreladas por pelo menos quatro anos e terão que andar na mesma direção. Se depender do presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), essa direção será contrária a que for tomada pelo governo Lula. Próximo de Bolsonaro, Nogueira tem feito críticas quase diárias ao PT e a Lula.

Ao ver do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), um dos principais nomes do União Brasil na Câmara, a federação colocará ambos os partidos em uma posição de vantagem quando o assunto é negociar apoios para 2026. No Congresso, o grupo teria 108 deputados e 13 senadores. “Você vai começar com o poder de resolução, de demanda muito maior. Esse é um jogo de ganha-ganha. É lógico que existem algumas incompatibilidades regionais, mais em questão do personalismo, que, muitas vezes, se impõem à política. Contudo, o diálogo também pode construir alternativas”, disse o deputado.



SERGIO ABRANCHES

O DESLOCAMENTO DO PODER DE MANDO SOBRE A AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA VIROU O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO DE PONTA-CABEÇA. GOVERNO FRACO, LEGISLATIVO FORTE. QUALQUER REVERSÃO DESSA SITUAÇÃO FICOU IMPOSSÍVEL

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Brasil ficou ingovernável com a anomalia chamada governo congressual

O Brasil está ingovernável, o presidencialismo de coalizão disfuncional e inoperante. O arranjo de poder a que chamam de governo congressual é uma anomalia que leva o país a uma crise permanente. Parte relevante da gestão de políticas públicas ficou imune ao sistema de freios e contrapesos.

O controle do Congresso sobre a alocação orçamentária leva ao desinteresse do Legislativo pelos recursos que restaram à chefia do Executivo para negociar no Congresso uma coalizão majoritária de governo. Isso reduz progressivamente o poder de agenda presidencial.

Os pesos e contrapesos, no presidencialismo existem para contrabalançar o poder do Executivo, não do Legislativo. É uma anomalia que leva à ingovernabilidade e não a uma nova

forma de governo.

O processo começa em 2020, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) transferiu para o Legislativo o poder de mando sobre a agenda de políticas. Foi o acordo que elegeu Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara. No ano seguinte, o orçamento secreto, controlado por Lira, consolidou o poder parlamentar. A ingovernabilidade criava o ecossistema para a conspiração golpista nos corredores do Planalto.

No primeiro ano de mandato Bolsonaro, 2019, o valor das emendas foi de R\$ 13,5 bilhões. Saltou para R\$ 35,9 bilhões, em 2020. Um crescimento de 165% inaugurando novo piso. No biênio, 2024-2025, mudou de patamar, crescendo, 29% entre 2023 e 2024. Este ano cresceu mais 13%. O novo piso agora é de R\$ 50,4 bilhões.

O deslocamento do poder de

mando sobre a agenda de políticas públicas e a gestão orçamentária virou o presidencialismo de coalizão de ponta-cabeça. Governo fraco, Legislativo forte. Qualquer reversão dessa situação ficou impossível.

Parlamentar não abre mão do que já controla. Só uma ruptura eleitoral que gere maioria disposta a aprovar uma redistribuição do poder compatível com o presidencialismo de coalizão eliminaria a deformação desse quadro. Uma hipótese utópica. Como as regras de distribuição de emendas, dos fundos partidário e eleitoral são proporcionais, quem tem mais voto e elege as maiores bancadas tem o maior naco dos recursos. Portanto, quem sai maior da eleição anterior tem mais recursos para disputar a eleição seguinte e maior probabilidade de manter

a correlação de forças vigente.

Toda concessão do Executivo ao Congresso, nesse contexto, passa a ser o piso. Não há convergência ideológica entre o “partido presidencial” e os demais, na coligação eleitoral. A adesão dos partidos se dá por dois fatores. Primeiro, maximizar a votação dos que entram na coligação. Segundo, uma aposta desses partidos na vitória da candidatura presidencial.

Na política brasileira, coligação e coalizão, não são sinônimos. A coligação é uma aposta em um cálculo eleitoral. A coalizão depende do resultado final da eleição. Se a coligação for vitoriosa na disputa presidencial, mas os partidos coligados não alcançarem a maioria parlamentar, o eleito terá que renegociar além da coligação eleitoral para formar uma coalizão de

governo. Se a candidatura presidencial for derrotada, a maioria dos parlamentares adere ao lado vitorioso. É a lógica dos “pragmáticos” e do Centrão.

No nosso presidencialismo de coalizão, a mesma eleição geral tem lógicas diferentes. No eixo presidencial, é majoritária e bipartidária, pela regra dos dois turnos. O primeiro turno é uma disputa pluripartidária visando à maioria dos votos ou a passagem ao segundo turno se nenhuma candidatura obtiver 50% mais um dos votos. O segundo turno é necessariamente bipartidário, porque a regra determina que só disputam os dois mais votados. O eixo parlamentar é multipartidário e proporcional, para a Câmara, e multipartidário e majoritário para o Senado. Para a Câmara, o número de cadeiras é defini-

do pelo tamanho da população e sua distribuição é proporcional à votação dos partidos. São dois colégios eleitorais diferentes. Para a Presidência, o colégio é o país. Para o Legislativo, é o estado. Para o Senado todos têm direito a três senadores.

Os deputados obtêm a votação necessária para ganhar em poucos municípios. Daí a importância das emendas parlamentares para os partidos. No presidencialismo de coalizão, eles precisavam negociar com o governo os recursos necessários para manter sua “base”. Essa dependência os incentivava a barganhar o apoio à pauta do Executivo por esses recursos. Na negociação, o governo buscava garantir a governabilidade, e os partidos, satisfazer seus interesses político-eleitorais. Agora, controlam os recursos.